

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 885.466 PERNAMBUCO

RELATOR : **MIN. ROBERTO BARROSO**
RECTE.(S) : **UNIÃO**
PROC.(A/S)(ES) : **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**
RECDO.(A/S) : **LUCY MARIA DA SILVA**
ADV.(A/S) : **RODRIGO MUNIZ DE BRITO GALINDO E**
OUTRO(A/S)

DECISÃO:

Trata-se de agravo cujo objeto é decisão que negou seguimento a recurso extraordinário interposto contra acórdão da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de Pernambuco, assim ementado:

**“CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO.
GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE.
ISONOMIA. CF/88, ARTS. 5º, CAPUT, E 40, § 8º.PARIDADE.
APOSENTADOS E PENSIONISTAS. RECURSO DA UNIÃO
IMPROVIDO.”**

O recurso deve ser admitido em parte. Isso porque, para divergir do entendimento firmado pelo Tribunal de origem quanto ao fato de a parte recorrida ter direito à paridade, seria necessário o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, procedimento vedado neste momento processual pela Súmula 279/STF.

Quanto à discussão acerca da constitucionalidade da aplicação dos critérios de correção monetária relativos à caderneta de poupança (Taxa Referencial TR) sobre os débitos da Fazenda Pública, o Supremo Tribunal Federal, nos autos do RE 870.947-RG, julgado sob a relatoria do Ministro Luiz Fux, reconheceu a existência de repercussão geral da controvérsia (Tema 810).

Diante do exposto, dou parcial provimento ao agravo para admitir o recurso extraordinário apenas quanto à questão de que trata o RE 870.947-RG, e, com base no art. 328, parágrafo único, do RI/STF, determinar o retorno dos autos à origem, a fim de que sejam observadas

ARE 885466 / PE

as disposições do art. 543-B do CPC.

Publique-se.

Brasília, 13 de outubro de 2015.

Ministro LUÍS ROBERTO BARROSO

Relator